

~~Há de se ressaltar que a fiscalização resultará relatório gerencial, que será submetido ao controle de qualidade realizado pela Unidade Técnica de Controle Externo, o qual será construído em atendimento aos padrões estabelecidos na Ordem Técnica Interna de Serviço (OTIS) e nas Ordens de Serviços (OS), instruído, obrigatoriamente, da documentação levantada e com pertinência à ação de controle, resultante dos procedimentos fiscalizatórios, além de conter a análise do confronto de todos os trabalhos planejados, os efetivamente realizados e os aqueles em andamento, com o objetivo de detectar e trazer à tona as possíveis distorções, analisar suas causas e tornar possíveis as correções necessárias.~~

~~Por fim, é importante afirmar que este Plano foi idealizado como principal instrumento de coordenação das atividades do controle externo para o ano-calendário de 2021, com a intenção de padronizar os processos de trabalho, consolidar, orientar e dar transparência às atividades fiscalizatórias previstas para o exercício financeiro, com vistas a aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade das fiscalizações, proporcionando resultados cada vez mais concretos e benéficos à sociedade paraense, além de permitir a elaboração de registro histórico das ações e dos resultados produzidos, a serem utilizados como instrumento de gerenciamento da atuação do TCMPA e do consequente aperfeiçoamento das administrações municipais.~~

INSTRUÇÃO NORMATIVA

DECISÃO PLENÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19/2020/TCMPA, de 16 de dezembro de 2020.

EMENTA: ALTERA, REVOGA E ACRESCE DISPOSITIVOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2019/TCM-PA, DE 16/12/2019, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA DAS REMESSAS DE DADOS MENSAIS, PRESTAÇÕES DE CONTAS E DEMAIS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS E RESPECTIVAS RETIFICADORAS, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2020, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder

regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 e do art. 3º do Regimento Interno (Ato n.º 16/2013), por intermédio desta Instrução Normativa, de cumprimento obrigatório,

RESOLVE:

Art. 1º. Os incisos VII, VIII e X do artigo 1º; o §1º do art. 2º; os incisos do art. 15; e o §2º do art. 16 da Instrução Normativa n.º 02/2019/TCM-PA, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. [...]

VII - Termo de Transferência de Cargos (TTC):

documento elaborado conforme modelo disponível no anexo II, assinado entre gestores nas transições de mandatos e/ou gestão, o qual dará ciência ao sucessor quanto às execuções orçamentária, financeira e patrimonial recebidas, podendo os documentos comprobatórios (arquivos formatos E-Contas, XBRL e/ou PDF's) serem disponibilizados pelo sucedido em área de transferência ou entregues diretamente ao sucessor.

VIII - Tomada de Contas Especial (TCE):

é o procedimento administrativo formalizado, com rito próprio, instaurado nos casos em que seja verificada a omissão do dever de prestar contas, não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Município, ocorrência de alcance ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou ainda, a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário municipal.

X - Determinação da Tomada de Contas Especial:

procedimento realizado pelo Tribunal de Contas, por iniciativa do Conselheiro Relator, para que o jurisdicionado que deixou de instaurar a tomada de contas especial de ofício a faça.

Art. 2º. [...]

§ 1º. Sempre que ocorrer mudança de gestor, o sucedido promoverá a emissão do Termo de Transferência de Cargos (TTC), conforme modelo disponibilizado no Anexo II, que será assinado pelo sucedido e sucessor, conjuntamente, oportunidade em que serão transferidos os bancos de dados e todos os documentos necessários para o fiel cumprimento do dever de prestar contas, devidamente assinados digitalmente na forma do Anexo I.



Art. 15. [...]

I - notificação;

II- instauração de tomada de contas especial;

III- determinação de tomada de contas especial;

IV- emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas;

V- inclusão no Paineleletrônico Público de Inadimplemento;

VI - Inscrição no CEI; e

VII - demais penalidades legais cabíveis, nos termos do RITCM-PA.

Art. 16. [...]

§ 2º. As prestações de contas retificadoras na modalidade não conformidade substituirão integralmente o arquivo retificado constante na prestação de contas original, para efeito de base de análise.

Art. 2º. Revogar item “iii”, da alínea “b”, do inciso VI e os incisos IX e XI, todos do art. 1º; os incisos III e V do art. 8º; e os §§1º e 3º do art. 16, da Instrução Normativa n.º 02, de 16 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Acrescentar os incisos XIII, XIV e XV ao art. 1º; e os §1ºA, §1ºB, §1ºC, §1ºD e §1ºE ao art. 2º, da Instrução Normativa n.º 02/2019/TCM-PA, com as seguintes redações:

Art. 1º. [...]

XIII – Área de Transferência: funcionalidade do Sistema de Processo Eletrônico, módulo remessa, disponível apenas ao gestor sucedido que se encontrava em exercício no último dia da competência, acessada por meio do e-CPF, onde poderá ser disponibilizado ao sucessor os documentos necessários para o cumprimento do dever de prestar contas, dispostos nesta Instrução Normativa, bem como o documento de listagem para simples conferência – contábil, quando aplicável, sendo permitida a leitura e vedada a realização de alterações dos arquivos pelo sucessor.

XIV – Remessa de contingência: remessa de dados mensais elaborada pelo sucessor quando o sucedido não disponibilizar os dados da remessa correspondente.

XV – Paineleletrônico Público de Inadimplemento - PEPI: painel de acesso público que relaciona as unidades gestoras omissas quanto ao dever de prestar contas, disponível no endereço eletrônico do TCM-PA.

Art. 2º. [...]

§ 1º-A. Excepcionalmente, o gestor sucedido, o qual estava em exercício no último dia da competência, poderá disponibilizar em área de transferência os documentos necessários para o cumprimento do dever de prestar contas para o posterior encaminhamento pelo sucessor.

§ 1º-B. A área de transferência ficará disponível para upload do sucedido até o envio da remessa de contingência pelo sucessor, no caso das remessas de dados mensais, e até o prazo do balanço geral, nos demais casos.

§ 1º-C. A área de transferência ficará disponível para retificações pelo sucedido até o envio das competências pelo sucessor ao TCM.

§ 1º-D. Exclusivamente para os casos de remessa de dados mensais, caso o sucedido não cumpra o disposto nos parágrafos anteriores deste artigo, o sucessor encaminhará ao Tribunal a(s) competência(s) ausente(s) por meio de “remessa de contingência”, a qual deverá vir acompanhada das medidas administrativas tomadas em virtude da omissão do sucedido.

§ 1º-E. Após o envio da(s) remessa(s) de contingência, o sucedido deverá provocar o Tribunal para ser autorizado a encaminhar a(s) remessa(s) ausente(s) via Sistema de Processo Eletrônico, módulo Acompanhamento.

Art. 4º. Permanecem inalteradas e vigentes as demais disposições fixadas na Instrução Normativa nº 02/2019/TCM-PA.

Art. 5º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, sendo os efeitos do art. 2º, §§1º a 3º, vigentes a partir da transição de mandato/gestão dos exercícios de 2020-2021, e as demais com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 16 de dezembro de 2020.

